

A BATALHA



JORNAL SINDICALISTA REVOLUCIONÁRIO

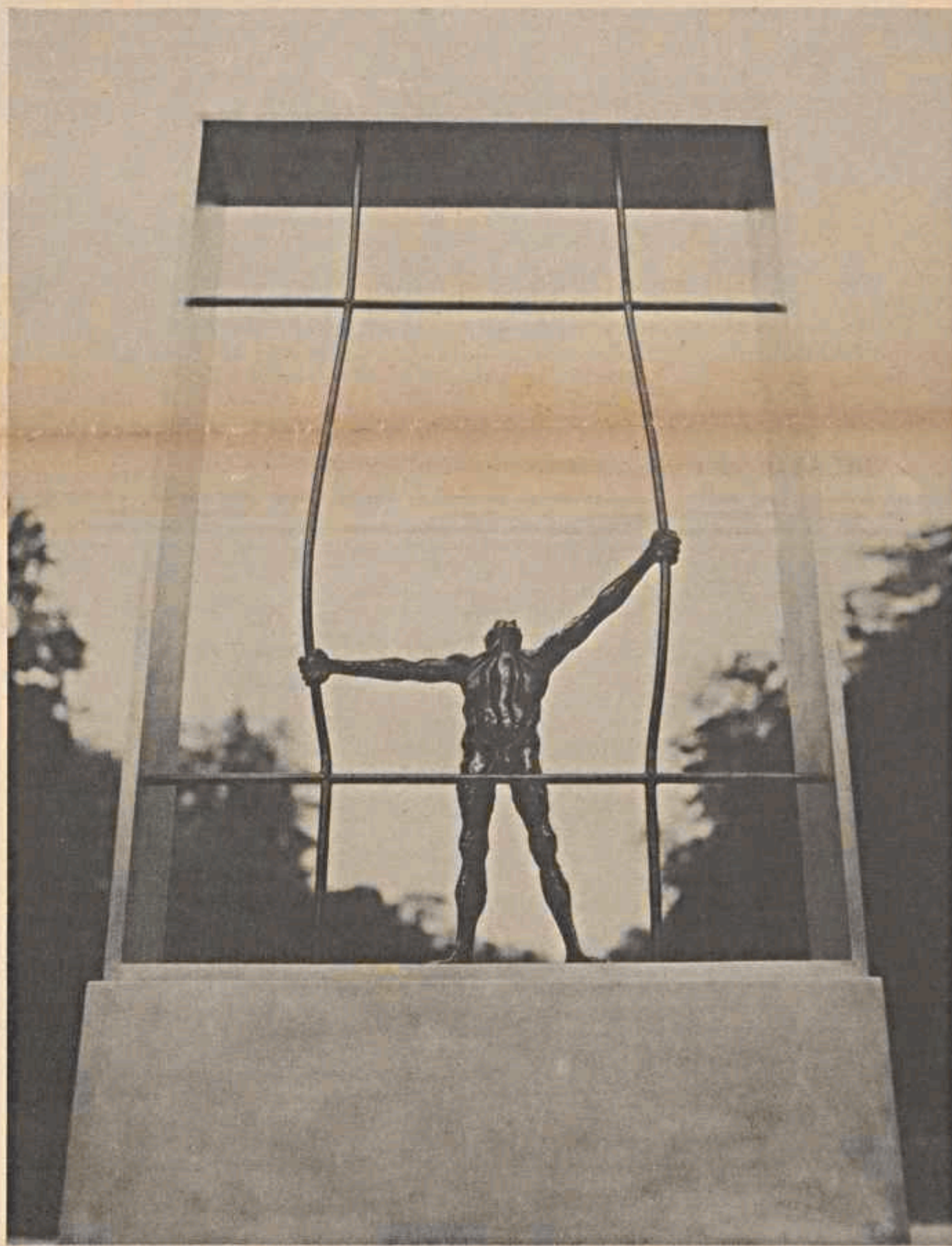
Antigo órgão da CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

O SINDICALISMO EM FOCO

● MOVIMENTAÇÃO
OPERÁRIA

● ORGANIZAÇÃO
SINDICAL

● TEXTOS DE
MILITANTES



Evocação da libertação italiana — 25 de Abril de 1945 — e da libertação portuguesa — 25 de Abril de 1974. Homenagem de camaradas anarquistas italianos

SUMÁRIO

SINDICATOS E PARTIDOS
MOVIMENTO LIBERTÁRIO
CAMPOS, FÁBRICAS E OFICINAS

pág. 2
pág. 3
págs. 4 e 5

ORGÂNICA SINDICALISTA REVOLUCIONÁRIA
ANIVERSÁRIO DA INTERSINDICAL
EDITORIAL

pág. 6
pág. 7
pág. 8

SINDICATOS & PARTIDOS

Qual o órgão de luta essencial da classe trabalhadora: PARTIDO ou SINDICATO?

O carácter primordial do sindicato ou do partido (político) na luta emancipadora do proletariado está na origem de duas correntes antagónicas do pensamento e acção operárias: o sindicalismo e o socialismo estatista ou autoritário. Para os sindicalistas a emancipação resultará da luta directa, no campo económico, entre produtores assalariados e capitalistas, luta que terminará com a expropriação destes. Para os socialistas autoritários trata-se antes dum luta indirecta contra o patronato, passando pela conquista do poder político, com subsequente emprego da autoridade do estado para expropriação da classe capitalista.

A socialização resultante é também diversa. Para os sindicalistas assumirá o aspecto de uma gestão directa das empresas pelos produtores de maneira coordenada tanto dos produtores entre si como com os consumidores (autogestão). Para os socialistas autoritários as empresas serão propriedade do Estado, que as administrará através do seu aparelho técnico-burocrático. O sindicalismo, emancipando os homens economicamente, não afecta, antes reforça, a liberdade nos outros domínios da vida social. Como disse Collinet, "a revolução sindicalista tem por fim destruir esta ordem de subordinação (do trabalhador ao capital) sem tocar no funda-

mento liberal da sociedade". O socialismo político, fazendo convergir numa entidade única — o Estado — a totalidade de funções e poderes sociais (legislativo, judicial, policial, económico-patronal, etc.) aliena de facto a liberdade individual.

Sendo o sindicalismo uma elaboração espontânea da classe operária, resultado de uma longa prática, e não a consequência da intervenção doutrinária de «grandes» pensadores políticos oriundos geralmente da burguesia, demos a palavra aos militantes que, no dia-a-dia concreto foram elaborando a doutrina:

O SINDICATO: órgão de classe específico

«O operariado em face do capitalismo tem, para alcançar a sua emancipação e obter a realização do seu ideal:

1.º — De melhorar desde já e sucessivamente, cada vez mais, as suas condições materiais, adquirindo o bem estar a que tem direito;

2.º — De educar-se, de solidarizar-se e de exercer uma acção firme contra a exploração de que é vítima;

3.º — De lutar directamente, sem interpostas pessoas, quer no campo profissional, quer no campo de classe.

Para realizar estes fins carece de agregar-se, constituindo ou formando tantos agregados quantos são esses fins, que, pela sua enumeração, se vê logo que integram e se completam numa escala ascendente.» (Congresso Operário e Cooperativista de 1909, Lisboa).

O grupo sócio-profissional é o único centro que, pela sua constituição, corresponde às aspirações do assalariado; é a única agregação de seres humanos

que resulta dum identidade absoluta de interesses, pois que tem a sua razão de ser na forma de produção, sobre a qual se molda e de que é o prolongamento. Com efeito, que é o sindicato? Uma associação de trabalhadores unidos pelo laço corporativo. Esta coordenação pode manifestar-se, conforme as regiões, quer pelo laço mais circunscrito do ofício, quer, com a enorme industrialização do séc. XX, por englobar proletários de diversos ofícios, cujo esforço concorre para uma obra comum.

Todavia, seja qual for a forma preferida pelos militantes ou imposta pelas circunstâncias, quer o aglomerado sindical se limite ao ofício ou se estenda à indústria, é sempre aparente a identidade do fim:

1.º — Fazer constantemente frente ao explorador; forçá-lo a respeitar as vantagens conquistadas; travar toda a tentativa de regressão; tentar também atenuar a exploração exigindo melhorias parcelares, tais como diminuição

das horas de trabalho, aumento de salários, melhor higiene, etc. ...

2.º — Preparar uma coordenação crescente das relações de solidariedade, de modo a tornar possível no mais breve prazo a expropriação capitalista...» (E. Pouget).

«Quando a carta de Amiens coloca o sindicato acima dos partidos e das seitas, designando-o como o agrupamento essencial, afirma o carácter prioritário dos interesses operários e a decisão de não permitir que a classe operária seja ludibriada... Sindicato primeiro, partidos e seitas depois... o sindicato, formado unicamente por trabalhadores, exprime melhor as necessidades destes do que qualquer partido, constituído por elementos diversos.

Se os sindicatos renunciarem a este papel primordial, por lhes parecer demasiado pesado, tanto pior para eles, tanto pior para os sindicalizados e para a classe operária.» (P. Monatte).

O SINDICATO: criação espontânea da classe operária

«Alguns esforçam-se por ver nas concepções anarquistas as origens do actual movimento operário; outros tentam encontrá-las nas concepções socialistas... A meu ver, o movimento operário actual não remonta a qualquer dessas fontes... ele é o resultado dum longa prática criada mais pelos aconte-

cimentos do que por estes ou aqueles homens...» (V. Griffuelhes).

«Sem desprezar o concurso, directo ou indirecto, dos intelectuais nesta obra tão fecunda e complexa que à margem da organização sindical possam e queiram realizar, a CGT considera, no entanto, que os trabalhadores só

podem confiar no seu esforço próprio, como classe social organizada.» (Nota oficiosa da CGT em A Batalha, 1921).

«A força do movimento sindical no passado devia-se a que ele era, a um tempo, a continuação dum tradição e uma escola de vontade revolucionária...» (E. Dolléans).

O SINDICATO: órgão de gestão económica da sociedade futura

O sindicato «deve esforçar-se por preparar uma organização que, no caso dum transformação social, possa assegurar o funcionamento económico pelo livre agrupamento e tornar supérflua toda a instituição política. Tendo por fim a supressão da autoridade sob todas as suas formas, a sua função é habituar os trabalhadores a libertar-se de tutelas.» (E. Pouget).

«... A emancipação integral... obriga

os sindicatos a transformarem-se em grupos de resistência em grupos de produção e repartição, a converterem-se em bases de reorganização social... em divergência profunda com os defensores do estatismo, tanto comunistas como reformistas. Não é uma participação na gestão que reclama a carta de Amiens; é a gestão integral. É evidente que a classe operária está longe de assumir este papel nos diferentes pro-

jectos de nacionalização. O capitalismo pode lucrar com certas nacionalizações (indemnizações substanciais)... e a burguesia também, através da multiplicação dos lugares superiores de direcção, controle e técnicos que os seus filhos irão ocupar... A reorganização social implica a supressão e não a proliferação do parasitismo. Não se pode esperar dum burocracia qualquer uma tal operação de limpeza.» (P. Monatte).

O SINDICATO: estrutura antiautoritária

«O que é o sindicato? Uma associação de homens que estudam e debatem interesses profissionais semelhantes, associação em que se entra e sai livremente, sem presidente, tendo como funcionários apenas um secretário e um tesoureiro revogáveis em qualquer momento... Quem são estes homens? Os produtores, aqueles que criam toda a riqueza pública... Utilizam um método parlamentar para tomar resoluções?

Também não; discutem e a opinião mais difundida faz lei, mas uma lei sem sanção, executada precisamente porque é subordinada à aceitação individual, salvo, bem entendido, se se trata de resistir ao patronato. Laboratório de lutas económicas, afastado das competições eleitorais, favorável à greve geral com todas as suas consequências...» (F. Pelloutier).

«O indivíduo livre no sindicato, o sindicato livre na federação, a federação livre na confederação.» (E. Pouget).

«Nós somos inimigos irreconciliáveis de todo o despotismo, moral ou colectivo, quer dizer, das leis e das ditaduras, incluindo a do proletariado.» (F. Pelloutier).

UNIDADE SINDICAL: MAS QUE UNIDADE?

A ENTREVISTA
DE MARCELO CURTO
À REPÚBLICA

Marcelo Curto, consultor jurídico sindical, membro do Conselho Directivo do P. S. e especialista deste partido para questões sindicais, concedeu uma entrevista à República (2/10/74). As suas opiniões traduzem provavelmente, em certa medida pelo menos, as posições oficiais do P. S. relativamente aos sindicatos, sua organização, seus problemas. Apraz-nos registar a concordância de pontos de vista entre a sua análise e uma análise libertária da situação sindical portuguesa. Não valendo a pena deter-nos sobre o que foi o movimento sindical no regime anterior, devemos realçar que igualmente pensamos que a unidade sindical é uma enorme vantagem, mas só o é se for produto espontâneo dos próprios trabalhadores e nunca resultado dum imposição legislativa. Dada a diversidade de ideologias políticas no seio da classe trabalhadora, tal unidade só pode ser conseguida por uma total independência sindical relativamente aos partidos políticos e por uma acção desenvolvida e controlada a partir das bases sindicais. Logo que uma tendência política tende a controlar a organização sindical, tal unidade está irremediavelmente comprometida e a sua imposição legal só pode ter como consequência o desinteresse e perda de espírito militante dos sindicalizados.

De igual modo subscrevemos as críticas relativas à lei dita da greve, que melhor seria apelidar de lei anti greve. Assim, repudiamos a proibição das greves de solidariedade, a obrigatoriedade de negociações precedendo a greve, o pré-aviso, a proibição de ocupação dos locais de trabalho, a possibilidade de requisição e mobilização dos serviços ditos essenciais e a aceitação do lock-out.

Na verdade, o único ponto em que estamos em total desacordo com Marcelo Curto diz respeito ao seu reconhecimento da superioridade da acção política — qualificada de única verdadeiramente emancipadora — sobre a acção sindical. Ora a acção sindical, como a dos conselhos operários ou a cooperativista, representa formas de solidariedade e gestão directa, de self-government das classes populares, que dificilmente se podem comparar, em valor educativo e emancipador, à alienatória mediação partido-Estado. Sali-tamos ainda que o reconhecimento da supremacia da acção política contém em si mesmo o germe do enfraquecimento partidário dos sindicatos, é uma espécie de cavalo de Troia doutrinário no seio da autonomia sindical. Tal perigo pode não se actualizar de imediato, pode ser conjurado por períodos mais ou menos longos (recorde-se a CGT francesa antes da Primeira Guerra Mundial), mas existe. A unidade pode realizar-se na independência sindical (às vezes) a despeito desse risco, mas tem de contar com ele.

O PPD
E A UNIDADE
SINDICAL

Posição crítica afim da nossa, no que diz respeito à unidade sindical, parece ser também a do PPD:

«Quando é a lei que, directa ou indirectamente, impõe sindicatos únicos, ou quando estes são impostos

pelos poderes dominantes (sejam eles da burocracia administrativa, do partido único, etc.), o regime que se instaura não é de unidade sindical, mas sim de unicidade sindical, de que tivemos exemplo entre nós, antes do 25 de Abril, e de que ainda existem exemplos nas ditaduras da direita e da esquerda... bem se conhece como é falsa a coesão e solidariedade nos sindicatos únicos obrigatórios, subsistindo apenas a expressão da hegemonia dum minoria partidária que se instala no domínio do aparelho sindical.»

A unidade é apenas um meio. Não é boa nem má. Não é força nem fraqueza. Tudo depende... A unidade exige uma resposta satisfatória a certas questões prévias: unidade com quem? Unidade como? Unidade para quê?

A unidade passa pela liberdade e só tem sentido na liberdade. Pode tornar-se um facto, não deve converter-se num mito.

UNIDADE OU... SOLIDARIEDADE

A tomada de posição do PPD sobre liberdade sindical suscitou uma violenta reacção de algumas direcções sindicais, nomeadamente dos motoristas de Lisboa, metalúrgicos, empregados de escritório, caixeiros e electricistas do sul. Mas porque as opções político-sociais do PPD são totalmente diferentes das nossas não se deve recusar a validade da sua argumentação quando correcta. A liberdade sindical decorre naturalmente do direito de reunião e associação e a imposição por decreto dum única organização sindical é um grave atentado às liberdades públicas. A liberdade sindical não obsta a que exista uma só organização sindical, se os trabalhadores assim o entenderem. A unidade verdadeira só pode resultar da solidariedade de classe, porque se a liberdade é um direito incontestável, a solidariedade é para os trabalhadores um dever irrecusável.

Todavia é curioso assinalar que alguns esforçados defensores da unidade sindical a todo o preço (mesmo ao de uma autoritária imposição governamental) facilmente desertam os deveres de solidariedade. Recordem-se a este respeito os casos TAP, Lisnave, Jornal do Comércio, etc... E recorde-se a sua passividade perante a legislação regulamentadora do lock-out e da greve. Ora é difícil conciliar unidade sindical com quebras de solidariedade de classe e colaboração activa e/ou passiva com o patronato. A unidade passa ainda pela autonomia, real e não apenas declarada para fins de propaganda, relativamente a partidos políticos e por uma verdadeira democracia interna sindical.

A unidade é apenas um meio. Não é boa nem má. Não é força nem fraqueza. Tudo depende... A unidade exige uma resposta satisfatória a certas questões prévias: unidade com quem? Unidade como? Unidade para quê?

A unidade passa pela liberdade e só tem sentido na liberdade. Pode tornar-se um facto, não deve converter-se num mito.

Director
EMÍDIO SANTANA

Propriedade da
COOPERATIVA EDITORA A BATALHA

Redacção e Administração
Rua Angelina Vidal, 17-2.º Esq.
LISBOA

Composição e impressão
Tip. E. N. P. — Anuário Comercial de Portugal

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

As assinaturas serão pagas, por vale do correio, cheque ou por moeda corrente, sendo os valores nominais dirigidos a

Cooperativa Editorial A BATALHA

Para Portugal e ilhas adjacentes:	Para o Estrangeiro:
10 números 22\$00	10 números 32\$00
12 números 26\$00	12 números 38\$00
20 números 42\$00	20 números 62\$00

A BATALHA

Trabalhadores, amigo de A Batalha! No local de trabalho, no teu sindicato, onde vives, organiza grupos de amigos de A Batalha, que trabalhem pela sua difusão e propaganda. Arranja novos assinantes, e novos sócios para a Corporativa Editorial A Batalha. Dirigir tudo para a nossa sede: Rua Angelina Vidal, 17-2.º-E

O MOVIMENTO LIBERTÁRIO E OS PARTIDOS POLÍTICOS

O Movimento Libertário tem sido sistematicamente silenciado por todas as correntes partidárias, como a melhor forma de o combater.

Na verdade, se atendermos aos valores financeiros de que dispõem os vários Partidos, tanto os que têm adeptos como os que aguardam a sua inscrição, e ainda alguns constituídos somente pelos seus Directórios ou grupos sem qualquer representatividade entre a população trabalhadora, o Movimento Libertário, que somente pode dispor das pequenas contribuições de trabalhadores seus aderentes e nem outras deseja nem aceita, repetimos, aos olhos desses Partidos não vale a pena falar dele. Assim pensam os orientadores, com todas as suas atenções viradas para a conquista do Poder político.

Ora o Movimento Libertário, integrado por anarquistas, anarco-sindicalistas e sindicalistas revolucionários, continuadores da obra realizada pela Confederação Geral do Trabalho antes e durante o fascismo, tem um largo campo de acção oral e escrita para que todos os trabalhadores se organizem sindicalmente, livres de toda a tutela partidária, autónomos

em todas as suas actividades — condição necessária para a sua unidade na luta por melhores condições de vida que se não conquistam com a lista eleitoral. Só com Sindicatos Livres e Autónomos os trabalhadores podem ser os únicos a decidir quando e como devem lançar os seus movimentos reivindicadores.

O Movimento Libertário poderia, como o fazem outros agrupamentos, falar como se a Confederação Geral do Trabalho já existisse em pleno funcionamento. Organismos de cúpula já existem muitos e isso é contrário aos princípios orientadores do nosso movimento.

A C.G.T. existirá quando estiverem organizados Sindicatos — que não podem ser os sindicatos corporativos herdados do fascismo nem os órgãos deles consequentes —, quando existirem União locais de Sindicatos e Federações de Indústria com os seus órgãos próprios de gestão. E serão todos esses organismos — reunidos em Congresso — que reerguerão a Confederação Geral do Trabalho, organismo imprescindível na luta dos trabalhadores pela sua Emancipação. Esta ideia, já vem da primeira Internacional, que

escreveu na sua bandeira: A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES HA-DE SER OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES.

É esta necessidade orgânica que procuraremos difundir entre todos quantos, exercendo uma profissão social útil, aceitem os princípios doutrinários do Movimento Libertário, tomando lugar ao nosso lado, num cerrar de fileiras para a luta comum.

Para tal fim contamos com o jornal «A Batalha», como órgão Sindicalista Revolucionário e, por isso mesmo, defensor de idênticas formas de organização.

A caminho dos nossos objectivos emancipadores, sem compromissos com quaisquer organizações partidárias, lutaremos ao lado dos seus simpatizantes, e, quando alguns deles se afastarem para posições de mando, nós continuaremos avante sempre.

Agora, que tanto se fala em democracia e em democratizar, o Movimento Libertário é quem representa a verdadeira democracia — Democracia Integral, Democracia para todos, onde, vencidas as etapas da Revolução, cada um contribuirá segundo as suas forças e receberá conforme as suas necessidades.

HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO CHILENA

A REVOLUÇÃO PREVENTIVA

A 29 de Junho o coronel de infantaria Roberto Souper tentou um golpe de estado contra o governo de Allende, que fracassou pela ajuda dada pelo general Carlos Prats ao próprio governo. No dia seguinte, alguns militantes do MIR (movimento integrado por guevaristas, maoístas, castristas, trotskistas e alguns libertários) apresentaram a Allende uma proposta.

Allende considerou-a *inaceitável e pouco realista* e afirmou que continuaria a proceder dentro da legalidade. Como se sabe, os acontecimentos precipitaram-se. A 3 de Julho o governo dissolvia-se saindo os militares. A 26 do mesmo mês começava a greve geral patronal dos transportes e uma série inaudita de assassinatos políticos cometidos pelos fascistas do *Patria y Libertad*.

A 9 de Agosto nova crise governamental, entrando os militares para o novo governo. A 22 o Parlamento chileno declarava que o governo se colocara fora da legalidade violando a constituição, e foi a Democracia cristã que desencadeou este último ataque a Allende.

A 23 o general Prats saía do governo, abrindo o caminho aos golpistas, e a 28 constituía-se novo governo com a participação de três militares.

A 11 de Setembro, finalmente, produzia-se o golpe de Estado e Allende era assassinado, e deste modo se demonstrava tragicamente quão «realista» era o que desejava desbaratar a contra-revolução com a arma da dialéctica e do legalismo intransigente.

Textualmente era este o documento do MIR.

O golpe desta vez falhou, mas não será o último. Por fim os reaccionários encontrarão o momento e a cumplicidade necessária e vencerão. Existe um só caminho para conduzir o Chile ao socialismo: transformar o programa reformista num programa revolucionário.

Seguem-se os sete pontos da proposta:

1 — O governo distribuirá o mais depressa possível carros ligeiros armados, autoblindados, metralhadoras anti carro e anti-aéreas e outros armamentos mais ligeiros ao Mir, ao PS e PC chilenos.

2 — Os militares da esquerda procederão imediatamente à prisão de todos os oficiais do exército, da marinha e da aviação, dos corpos especiais e dos carabineiros, assim como dos dirigentes reaccionários democratas-cristãos e fascistas, dos financeiros e capitalistas. O Governo decretará a dissolução das forças armadas e da polícia, distribuindo as armas aos trabalhadores. Romper as relações diplomáticas com os EUA, Brasil, Uruguai, Bolívia, Guatemala, Espanha e Portugal.

3 — Que seja colectivizado todo o comércio grossista e retalhista e igualmente o auto transporte privado e do mesmo modo os automóveis e camiões particulares. As fábricas e os campos serão controlados pela autogestão local.

4 — Com toda a riqueza recolhida deve-se adquirir na Argentina e no Peru alimentos e bens de consumo de primeira necessidade para um prazo pelo menos de seis meses. *Abolida a moeda* — sublinhámos nós — a todo o trabalhador ou membro da família a seu cargo, a todo o reformado, pobre ou pensionista se entregará uma carta de consumo para que possa adquirir os alimentos necessários.

5 — O governo dissolver-se-á no prazo de um mês, e igualmente o Parlamento. Será constituída uma assembleia de delegados dos partidos e organizações da esquerda e dos sindicatos, renovável de seis em seis meses. Entre os membros desta Assembleia constituir-se-á um organismo de coordenação político-económico-militar que será renovado ao mesmo tempo com a Assembleia.

6 — Não será dada qualquer indemnização a particulares ou entidades expropriadas, chilenas ou estrangeiras. Nenhuma expropriação incidirá sobre a casa habitada pelo proprietário, na proporção de uma pessoa por habitação existente.

Este documento concluía afirmando que a aceitação da proposta por parte do governo de Unidade Popular era a única possibilidade que restava aos que desejavam que o Chile caminhasse para o socialismo.

Transcrito da TIERRA Y LIBERTAD, do México, que recolheu este texto da A Rivista Anarchica de Milão.

COMISSÕES SINDICAIS DE BASE

Tudo o que temos a funcionar como sindicatos é ainda, inalterável, o aparelho corporativo criado especialmente para pulverizar os trabalhadores através de simples corporações, coagulos a uma direcção de cúpula, e continuar o predomínio duma burocracia paternalista, embora de côr diferente.

Essa carcassa sindical que nos manietou permanece nas bases premeditadas, e nada parece alterar-se.

A *Batalha*, continuando a sua missão de sempre, procura iniciar e ampliar as manifestações de desalienação e iniciativa socialista autêntica que os trabalhadores têm demonstrado.

Para reerguer o sindicalismo, desde o sindicato até à CGT, devem os trabalhadores criar no seu local de trabalho as comissões de reconstrução sindical (CRS) que conduzam os sindicatos à reconstrução da organização sindicalista e dentro deles se inicie uma acção de reorganização e autonomia.

Criem-se comissões de fábrica de reconstrução sindical com base na solidariedade de todos.

Tragam os seus problemas para A BATALHA.

J.F.



Assistência ao comício comemorativo do 19 de Junho

A NOSSA REVOLUÇÃO

Há ainda muitas pessoas com ideia errada do que seja Revolução. Para essas pessoas, qualquer revolta ou motim que saia fora do cotidiano é uma revolução. Está tudo revoltado, dizem. Vamos lá exemplificar para melhor esclarecer.

O 25 de Abril foi uma revolta militar, em breve triunfante por não ter encontrado qualquer resistência de monta. Todos quantos vinham lutando, desde há longos anos, contra o fascismo lhe deram a sua pronta adesão. Mais ainda, o povo conseguiu conquistar a simpatia das tropas revoltadas.

Triunfante a revolta militar, ganha para servir o povo, seria então que começaria a desenvolver-se o processo revolucionário, com a Revolução em marcha. Mas faltaram-lhe as estruturas de base, os sindicatos herdados do fascismo de modo nenhum poderiam desenvolver a luta nesta nova fase dos acontecimentos. O primeiro ponto, que aliás foi prometido, seria o saneamento de todos os responsáveis do regime de Salazar-Caetano, o regime deposto, como eufemisticamente deram em chamar-lhe. Dever-se-iam substituir quase todas as instituições políticas e

económicas por outras de cariz verdadeiramente popular. A construção socialista da Revolução estaria em fase de evolução permanente.

Essa esperança animou o proletariado até às grandes jornadas do 1.º de Maio. Porém, para tudo isso não chegam os vivas e palmas, mesmo dados com o maior entusiasmo. Não basta fazer discursos com palavras incendiárias. É preciso, antes de mais, operar; operar nas ruas, fábricas e oficinas, nos laboratórios e nas escolas, nos campos e nas minas, nos barcos e nos comboios, em toda a parte onde decorre a vida social. Para essas incomensuráveis tarefas todos somos poucos. E menos seremos ainda se continuarmos a fazer apelos a uma unidade apenas para fins eleitoralistas, esquecendo que os problemas fundamentais da classe trabalhadora — que não sejam somente de melhores salários — não se resolvem nas urnas. É dentro de uma organização sindical verdadeiramente revolucionária, autónoma de todos os partidos políticos, que se podem encontrar as bases de uma verdadeira unidade. Ai, será ele o único a decidir dos seus

destinos, a lançar as suas reivindicações, a caminho da verdadeira Revolução.

Para nós, portanto, a Revolução começa depois da vitória da luta armada. Durante a luta podem erguer-se instituições transitórias de combate e de ensaio; experiências sempre prontas a desaparecer ou a transformar-se, cumprida que seja a sua missão.

É assim que anarquistas, anarco-sindicalistas e sindicalistas revolucionários, ou libertários, sempre aceitaram e defenderam a Organização Social Sindicalista como a doutrina capaz de operar durante o período de transição revolucionária, assegurando com todos os seus órgãos a produção, a distribuição e o consumo, serviços essenciais à Revolução Social, pela qual damos toda a nossa actividade.

Neste contexto o único da classe trabalhadora; uma coisa se impõe: a reestruturação sindical, de modo a desaparecer, dentro da mesma empresa, variados sindicatos, tantos que chegam a atingir dezenas, a dificultar tudo e até as negociações contratuais de trabalho com os donos da produção.

J.F.

FRIANTARTICUS

— história de uma luta que continua

I — Como funcionava a Friantarticus

Em Junho de 1974 a Friantarticus, empresa que trata e congela produtos alimentares, funcionava com 46 trabalhadores (tendo em 1972 funcionado com 80!).

Na parte fabril, que compreendia cerca de 40 trabalhadores, as 8 horas de trabalho diário eram pagas às mulheres a 64\$00 e aos homens de 80\$00 a 110\$00. A maior parte destes trabalhadores recebia semanalmente o equivalente a 384\$00 as mulheres e de 480\$00 a 660\$00 os homens.

O período de férias pagas aos trabalhadores deste ramo era de:

- 6 dias para os primeiros 2 anos de casa
- 12 dias até 10 anos de casa
- 18 dias a partir de 10 anos de casa.

A parte administrativa era composta por 6 ou 7 pessoas, que trabalhavam 35 horas semanais, oscilando os seus ordenados, a partir de Junho de 1973, entre 3000 e 10 000 escudos mensais. Foi também a partir de Junho de 1973 que estes trabalhadores obtiveram o direito a 15, 21 ou 30 dias de férias, conforme a antiguidade na casa.

A partir de 1973, a Friantarticus começou a ter o produto de vendas igualado e rapidamente inferior ao das despesas.

Em 1974 a situação passiva da empresa era de 40 000 contos de dívidas, sendo algumas:

- Bancos — 32 000 contos;
- Caixa de Previdência — 1350 contos;
- Fundo de desemprego — 189 contos;
- Imposto Profissional — 12 contos.

Estando provado que a Friantarticus era uma empresa rentável, a sua actual situação só pode ser atribuída a uma má administração, que foi analisada pelos trabalhadores no comunicado intitulado: «Não seria má administração?»

— Falta de mercadoria — pouca variedade de produtos;

— Distribuição conforme os pedidos, sem dias certos, gastar combustível, portagens, tempo e despesas com pessoal da distribuição para entregar mercadorias no valor de poucas centenas de escudos;

— Desconto aos clientes sem se averiguarem os motivos, só para receber os cheques nas datas marcadas;

— Mudança de Escritório de Lisboa para Cascais, quando a maior parte do movimento era lá e deslocava-se um carro sempre que era preciso recolher uma assinatura (várias vezes por dia);

— Deslocações a Lisboa a tratar assuntos particulares de um administrador;

— Trabalhadores deslocados para casa do mesmo administrador, sendo os salários pagos pela Empresa;

— Reparação e limpeza no barco, na fábrica, e nas horas de serviço — Gasóleo metido nos carros da administração e num com indicação de «Estado»;

— Carros de propósito a levar peixe à administração e sem facturas;

— Mecânico para arranjar os carros da administração e da direcção, pois os da empresa iam-se desmantelando, tirando peças de uns para colocar nos outros, sempre que avariavam, até que pararam todos;

— Instalações para novas câmaras frigoríficas, incompletas, a servirem de garagem;

— Reparações das avarias nas câmaras existentes (centenas de contos) quando deveriam ser desligadas para uma reparação total;

— Compra de carro à Sorel; entregou-se um, pagaram-se algumas letras que foram aceites na data da compra e nunca se levantou por não se ter pago a importância em dinheiro (Dez 1972).

II — Luta dos Trabalhadores:

Esta má administração da empresa leva a que, desde o início de 1974, os

ordenados dos trabalhadores sejam pagos em atraso e estejam dependentes das cobranças.

No fim de Abril, quando os trabalhadores alertaram o director José de Oliveira Gil, foram por ele informados de que a empresa ia ser negociada e que ia haver saneamento sobre os trabalhadores.

Em Maio e Junho demitiram-se respectivamente o administrador Abel de Almeida Araújo e o director José de Oliveira Gil.

Em 19 de Julho os trabalhadores tomaram conhecimento através do *Diário de Notícias*, que ia ser leiloado um túnel de embalagem, destinando-se o produto desse leilão ao pagamento dos descontos que foram feitos ao pessoal mas que nunca foram pagos à Caixa de Previdência.

A partir desse mesmo dia, os trabalhadores decidem ocupar as instalações, impedindo qualquer saída de material.

Face à gravidade da situação e à falta de dinheiro para o pagamento dos vencimentos, que nesta altura já estavam atrasados 4 semanas, os trabalhadores foram para a rua vender um resto de fava que havia nas câmaras e fazer cobranças atrasadas a alguns clientes.

Entretanto, no dia 23 de Julho tiveram «uma visita» do administrador eng. Santos Paiva, acompanhado do tenente-coronel Palma Rego, como eventual comprador (da Cofil?).

Desta visita, a única notícia que tiveram até à data foi a da demissão do eng. Santos Paiva, ficando assim a fábrica sem administração.

Seguiram-se várias reuniões no Ministério do Trabalho com a Comissão de Trabalhadores e algumas delas com os Bancos.

A posição dos trabalhadores estava já há muito decidida:

«... os trabalhadores em frente dos negociadores não querem tomar posição de exigência, mas decerto que também não poderão esquecer a forma e leal apanágio do pessoal, que sempre esteve e está consciente do problema financeiro da fábrica, tanto mais que a sua única reivindicação é trabalho, mas também não podem de forma alguma tomar uma posição que vai contra o seu sentir — mais uma vez sacrificado —, querem propostas concretas por escrito:

- 1 — Garantia de trabalho.
- 2 — Que ninguém seja despedido sem que seja ouvida a Comissão de Trabalhadores
- 3 — Débitos aos trabalhadores, em atraso, inteiramente pagos.»

(Extraído de um comunicado destes trabalhadores).

Os Bancos limitaram-se a pedir aos trabalhadores a elaboração de um plano de trabalho, que foi de imediato por eles recusada, por não se quererem

responsabilizar pela situação da empresa.

Houve ainda uma proposta de arrendamento, ou seja, aproveitamento das câmaras frigoríficas para conservação de produtos de outras empresas.

Esta proposta foi igualmente recusada, pois só permitia dar trabalho a 5 pessoas e o pagamento de apenas 15 dias aos trabalhadores.

Após todas as reuniões realizadas no Min. do Trabalho, não houve ainda qualquer apoio, ou proposta de solução financeira para estes trabalhadores; a acção do MT tem-se limitado a ajudar a encontrar uma plataforma entre os trabalhadores e os Bancos, à promessa de tentar arranjar emprego para os 46 trabalhadores e a uma proposta a estudar, de congelamento dos bens dos accionistas.

Na Intersindical há também várias pessoas a tratar deste caso. Já organizaram reuniões de todos os sindicatos, acompanharam os trabalhadores ao Min. do Trabalho, e neste momento há a promessa de um donativo para estes trabalhadores.

Convém porém salientar o isolamento em que se encontra a luta destes trabalhadores, uma vez que a Intersindical enviou para os jornais um comunicado de duas páginas, que apareceu somente em dois jornais diários, reduzido a pouco mais de seis linhas!

Só na altura de venda de produtos é que estes trabalhadores tiveram contacto com outras empresas, nomeadamente: Fundição de Oeiras; EFACEC; St. Electric; Starling, etc., que rapidamente acabaram.

A nível de partidos políticos houve contactos com o PC, que aconselhou os trabalhadores a remeterem o caso para a Intersindical. O MES e o MRPP, já conseguiram alguns donativos para esta empresa, bem como a Associação Desportiva (AEG).

Entretanto os trabalhadores, por intermédio da *Voz do Trabalhador* e de um outro grupo, já projectaram dois filmes, que lhes permitiram adquirir algum dinheiro.

A situação financeira dos trabalhadores da Friantarticus agrava-se de dia para dia, tendo recebido cada um 600\$00 no mês de Setembro!

Os fornecedores não fazem crédito à Friantarticus.

Os senhores não esperam pela melhoria de condições, e mantêm o mesmo prazo para o pagamento das rendas de casa, havendo muitos trabalhadores em riscos de se verem desalojados.

Muitos, para se poderem alimentar, já empenharam os objectos valiosos que possuíam.

As pressões familiares para arranjar outro emprego aumentam, mas, os trabalhadores mantêm-se unidos na luta e não estão dispostos a abandonar as instalações sem que a situação fique definitivamente resolvida.

Apoiemos a luta dos trabalhadores da Friantarticus!

Só por paradoxo se pode pedir aumento de produção, se atire para o ar que os horários de trabalho são baixos quando grandes e pequenas empresas pretextam falta de trabalho, de liquidez ou de possibilidades para continuarem e despedem pessoal, ou ainda, como a Gelmar por administração ruínosa, ameaçam fechar e despedir pessoal.

Aquelas empresas que desde logo empreenderam repressões de diversa espécie sobre o pessoal, e que este, com uma superior inspiração das verdadeiras circunstâncias, ocuparam as empresas para pô-las a funcionar, gozam de extrema complacência e essas unidades fabris estão paralisadas sem que o pessoal que as ocupa muito justamente encontre apoio económico e político para afinal

O DIA NACIONAL DO TRABALHO

Transcrevemos do «Jornal da Greve» dos trabalhadores da EFACEC-INEL, de Lisboa, o relato da posição por eles assumida sobre a organização do trabalho no domingo dia 6 de Outubro.

LUZ VERMELHA

Lá está, outra vez, a luz encarnada chamando a nossa atenção. Cuidado, clama o sinalero! Do outro lado, um carro em cima do passeio, com um auto-falante grita: Atenção! recue um pouco! Está em risco de causar avarias no carro à sua frente ou no carro que vai avançar do outro lado! É devido a essa falta de cuidado no cumprimento das directivas dadas na TV, pelos mais competentes que a economia nacional corre o risco de se afundar.

Ora nós, que sempre lutamos pela luz verde quantas vezes ao lado dos que actualmente acendem com tanta insistência a luz vermelha, nessa altura, nem nós nem eles, pensávamos na economia nacional.

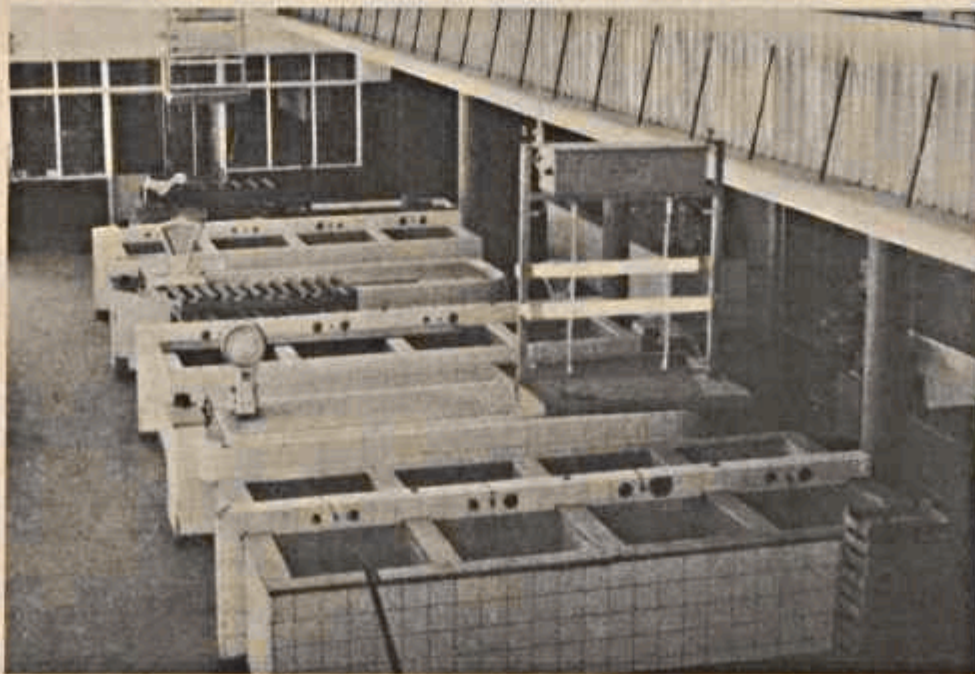
Aconselhávamos os trabalhadores e nós com eles pois trabalhadores somos, a empregarem a *Acção Directa*, na sua luta por melhores condições de trabalho e de vida, a caminho da Sociedade Socialista.

Agora, como sempre, será pela luz verde que continuaremos lutando com o objectivo supremo do Socialismo Libertário. Não importa os que vão ficando ao lado ou para trás.

Nós continuamos avante!

Leia

A BATALHA



A FRIANTARTICUS PARALIZADA — Quando se pede um dia do trabalho para a Nação...

«Sexta-feira passada, dia 4, pelas 18.30 horas, convocada pela CDDT, teve lugar uma reunião na sala de desenho da INEL onde se debateu o problema do trabalho no domingo.

«Depois de discutidas várias propostas e casos pessoais foi apresentada uma proposta no sentido de os trabalhadores se reunirem à hora de entrada em cada local de trabalho e aí decidirem efectivamente o que iriam fazer. Isto de acordo com as condições específicas da zona desse local de trabalho, conforme houver ou não trabalhos mais importantes a fazer do que trabalhar para o patrão.

«O que é facto é que este, deve ser mais um dia, como todos os outros, de vigilância anti-fascista. Deve-se ter em conta que o fascismo é uma forma prática da exploração capitalista. O fascismo não é a Pide, o Caetano ou o Galvão de Melo. Estes são grandes obreiros do fascismo. Mas fascista é objectivamente todo o capitalista que vive à nossa custa e todo o imundo lacaio que o serve desde que receba as migalhas mais grossas que lhe caem no prato. Fascista é tanto o Caetano como o chefe de uma oficina ou de um estaleiro que vigia atentamente os trabalhadores e lhes impõe uma disciplina de ferro, dando, inclusivamente, informações periódicas aos seus superiores hierárquicos no sentido de se elevar na sua consideração.

«É por isso que a luta contra o fascismo, tem de passar obrigatoriamente por uma luta anti-capitalista consequente.

«E por isso, que a economia com que nos temos de preocupar é com a nossa própria economia de trabalhadores explorados e não com a economia dita nacional (...)

«E por isso, que lutar contra o fascismo é lutar em cada local de trabalho contra os cães de guarda do patronato que, com cínicas palmadinhas nas costas, nos pretendem fazer ignorar as conversas secretas com os seus superiores hierárquicos onde cospem todo o veneno acumulado durante anos contra aqueles que lutam por ideais colectivos e não para ter mais iates.

«É por isso, que lutar contra o fascismo é, por exemplo, lutar pelos saneamentos desses indivíduos indesejáveis aos trabalhadores; é, por exemplo, afixar em cada local de trabalho uma lista dos vencimentos de todos os trabalhadores nesse local, mostrando com isso que as posições assumidas são, na sua grande maioria, derivadas de factos concretos; é, por exemplo, discutir todos os artigos de cada «Jornal da Greve» e todos os assuntos de interesse dos trabalhadores, criando assim cada vez mais uma consciência colectiva de classe; é, enfim, organizarmo-nos em torno de comissões de trabalhadores eleitos por nós próprios e que sejam facilmente demitidos e substituídos logo que vejamos que não nos estão de facto a defender».

A BATALHA

icas e oficinas

darem produtividade para o país e para a tal democratização que só tem servido como termo de retórica.

E contudo os preços sobem vertiginosamente, deixando cada dia mais distanciados os salários, e nesta subida sobem as margens de lucro, sobem os benefícios do capital financeiro.

É patente o «irrealismo e oportunismo» em relação aos trabalhadores dos que pretendem conduzir a acção sindical pelos invios caminhos de conciliá-la com os interesses exclusivos do capitalismo.

trabalhadores do campo e não menos, digamos também, de quantos nele vivem aferrados à courela que não lhes dá compensação nem independência.

Para quando a constituição do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública

Após o golpe de estado do 25 de Abril, que nos libertou de 48 anos de obscurantismo e violenta repressão, dos governos fascistas de Salazar e Caetano, que com a sua acção demolidora originaram o desaparecimento de grande parte dos militantes das classes trabalhadoras portuguesas deportando uns para os vários campos de concentração, encerrando outros nos cárceres lúgubres da Pide e forçando outros a abandonar o país, pois só assim lhes era possível fugir à perseguição movida pela policia politica, finalmente surgiu no espirito de quasi todos os trabalhadores da função pública a necessidade absoluta de criar um organismo sindical que lhes permitisse defender, junto dos poderes constituídos, os seus direitos, o que até aí lhes fora negado.

Para o efeito, realizaram-se encontros entre os trabalhadores nas várias repartições, nas quais foram eleitas comissões delegadas que, por sua vez, criaram comissões a nível de Direcções-Gerais, o que lhes confere, portanto, maior representatividade.

Destas comissões, surgiu um organismo a que se deu o nome de «Secretariado», que se instalou no antigo edificio do SNI.

Pelo «Secretariado», foi convocada para o Pavilhão dos Desportos uma primeira reunião de «Comissões Delegadas», a nível nacional, que se realizou em 19 de Maio, a ela assistindo, como consultores sem direito a voto, três elementos da Intersindical, entre os quais se encontrava o actual chefe de Gabinete do Ministro do Trabalho, Daniel Cabrita.

No início dos trabalhos procedeu-se à eleição da mesa que ficou constituída por elementos de diferentes organismos. Da agenda constavam, como pontos principais os seguintes pontos: 1 — Constituição do Sindicato; 2 — Discussão e aprovação do caderno reivindicativo; 3 — Saneamento de pessoas; 4 — Saneamento de estruturas.

Foram entregues na mesa várias propostas que, foram sendo discutidas sendo aprovada aquela cujo conteúdo estava de harmonia com a vontade expressa pelos trabalhadores, e que se compunha de dois pontos: 1 — Constituição do Sindicato; 2 — Discussão e aprovação do caderno reivindicativo.

Com esta proposta pretendia-se que fosse dada prioridade à discussão dos

A greve dos rurais de Salvaterra de Magos

Terminou ao cabo de 48 horas de luta e com completa vitória como seria muito lógico.

As suas reivindicações eram de absoluta justiça porquanto a convenção que propunham aos patrões era a que já vigorava no vizinho concelho de Benavente. Não fazia sentido, portanto, a recusa dos patrões de Salvaterra, que propositadamente demoravam as negociações, evitando os contactos com a comissão pró-sindicato que intervinha nas negociações em representação dos trabalhadores do concelho.

Deste modo pretendiam ganhar tempo, fazendo as colheitas das uvas, melões, tomates, do arroz, etc. que quando concluídas ficavam em condições de se negarem ao acordo.

Apercebendo-se da manobra os trabalhadores convocaram um plenário, que se realizou na sede do concelho e

dois primeiros pontos da ordem dos trabalhos que, se consideravam os mais importantes e que, só por si, ocupariam as atenções das Comissões, durante muito tempo.

Posta à consideração das Comissões delegadas, qual dos dois pontos mereceria a discussão imediata, perante assombro de alguns optou-se pelo ponto 2 — discussão e aprovação do caderno reivindicativo. Para nós, que assistimos, constituiu surpresa esta decisão e não podemos deixar passar sem reparo a atitude dos elementos da Intersindical, que poderiam ter elucidado os delegados da conveniência da aprovação imediata do ponto 1 — Constituição do Sindicato. Mas o mal estava feito e não existia outra alternativa senão aceitar-lhe as consequências. E durou esta reunião quasi 6 horas!

Em 23 de Junho, realizou-se nova sessão, no mesmo local, com a participação activa de todos os trabalhadores, por insuficiente informação, a grande maioria não tomou conhecimento de que a reunião proporcionaria a todos os trabalhadores uma oportunidade para exporem as suas opiniões. A assistência computava-se a poucas centenas de trabalhadores, o que era francamente decepcionante.

Infelizmente, a sessão não decorreu como seria de desejar. Ao fim de 4,5 horas de intervenções que consideramos sem qualquer interesse e de interrupções constantes, que dificultaram o bom andamento dos trabalhos, houve absoluta necessidade de suspender a reunião. Verificou-se a comparência de um grupo composto por indivíduos de ambos os sexos, que cedo mostraram a sua decisão em boicotar o bom andamento dos trabalhos, o que conseguiram, se considerarmos que se tornou necessário suspender a reunião em face dos constantes conflitos que originava.

Foi a sessão adiada para data a designar mas, até hoje e são passados três meses, ainda se não realizou.

Há cinco meses que se realizou a primeira reunião e, sobre a constituição do sindicato, que todos nós pretendemos, nada se vislumbra. Será que o «Secretariado» paralizou os seus trabalhos? Terá a época de férias exercido alguma influência nesta paralização? Por conta de quem agiria o grupo que conseguiu boicotar a última reunião? E por último: para quando a constituição do «Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública?

com representantes das respectivas freguesias de Marinhais, Muge, Glória do Ribatejo e Salvaterra, nas quais se realizaram previamente reuniões em que o problema foi debatido.

A greve foi votada apesar da injustificada oposição da Comissão pró-sindicato que obedece simplesmente às directivas da Intersindical e provavelmente a orientação reformista do P.C.

Não se manifestaram outras oposições e o entusiasmo e solidariedade foi muito efectiva, e logo se constituíram os piquetes que entraram em acção.

Em Glória do Ribatejo, houve grande entusiasmo pois nesta localidade os trabalhadores estão sofrendo obstinado boicote patronal que os obriga a procurar trabalho em concelhos mais distantes, todavia esta retaliação não os enfraquece de ânimo na luta em que porfiam. — C.

O problema dos campos

O campo é o irmão pobre. E como todos os pobres será cada vez mais pobre, para que os irmãos ricos possam ser ainda mais ricos.

Esses irmãos são os que exploram a indústria, o comércio e os serviços.

Mas a agricultura não pode morrer porque nos dá alimentos, e este desequilíbrio tem de ser reparado.

Se a riqueza acode a outros ramos é preciso achar soluções que melhorem o trabalho agrícola. Terá de se obter ajudas, e modificar certas estruturas.

Se o país tem de ser uma comunidade solidária pois é preciso facultar a justiça que distribua as vantagens também por quem trabalha a terra e arranca os produtos essenciais que até são os mais mal pagos.

Mas entre estes e quem os consome estendem-se uma rede de intermediários que oneram o preço a quem compra e paga mal a quem produz, operando lucros extraordinários numa actividade parasitária.

A organização da economia agrícola terá de eliminar todo essa intromissão, e deverão ser os produtores que se deverão organizar criando pela associação um sistema de comercialização directa par o público.

Como na agricultura também há irmãos ricos, os grandes proprietários de montados, de extensões arvenses de pinheiro e eucaliptos, e outros, os absentistas que vivem dos onerosos arrendamentos de terras das quais vivem sem aplicação de trabalho ou capitais, talvez a estes deva ser applicadas a ajudar os irmãos pobres que à terra dão tudo e pouco aproveitam.

Por certo que estas serão medidas imediatas que acorram a melhorar as graves distorsões do sistema, mas por certo outras medidas a mais largo prazo e alcance serão indispensáveis para equilibrar e regularizar a condição sócio-económica dos campos e de quantos neles trabalham e vivem com esforçado apego.

Na primeira oportunidade falaremos disso, porque temos de caminhar na edificação de uma justiça social ampla e onde os privilégios não sejam uma ofensa aos deserdados. — C.

É muito estranho

...e não é com certeza incúria dos correios.

Enviámos naturalmente o nosso jornal a todos os sindicatos do país, para que o conheçam, que o leiam, que o confrontem e que o discutam, e não pedimos a ninguém que o pagasse ou que para ele contribuísse.

A prática da solidariedade operária exerce-se acima das diferenças de opiniões e de orientação, e acolhem-se — assim se faz nesta casa — as opiniões alheias sem as recear, embora as discutamos e discordemos.

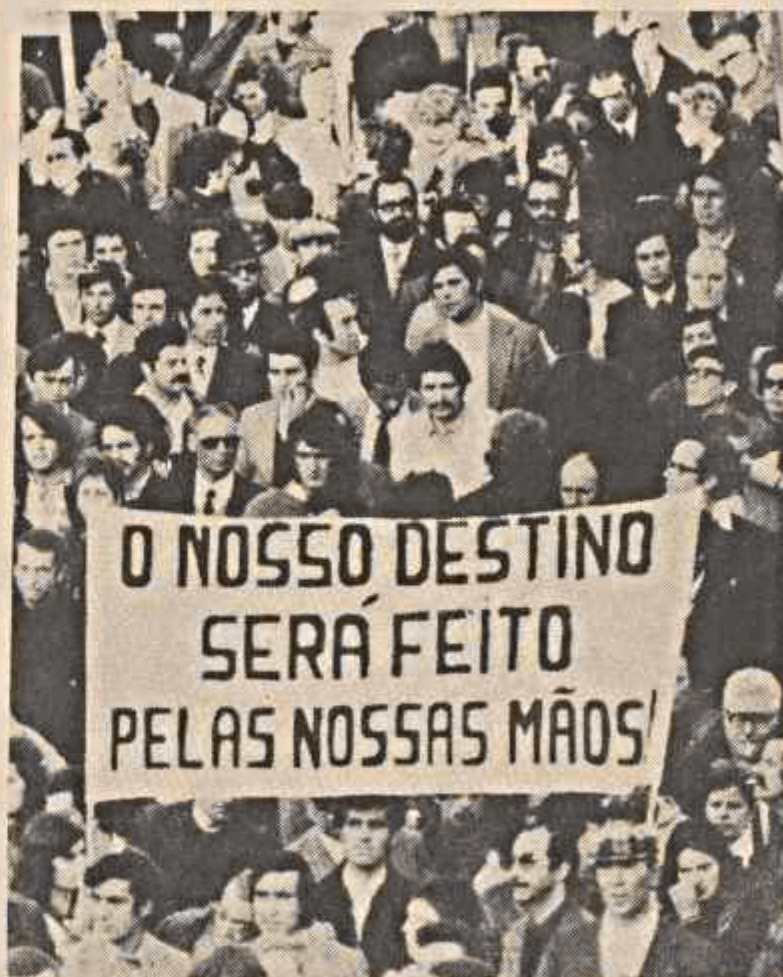
É muito estranho que o Sindicato dos Operários Vidreiros da Marinha Grande faça devolver o exemplar que lhe enviámos, oferecido.

Receia a Direcção confronto de ideias? Entende que lhe cabe o direito de discriminação ideológica? Está interdita de ler o que possa estar num index em uso na casa?

Pois daqui elucidamos a Direcção, que por certo deu essa ordem, que receberemos tudo o que nos mandarem, pois sabemos analisar, comentar ou concordar, se for caso disso.....

Nos tempos idos aceitaríamos que o tivessem feito, mas quando se brada a plenos pulmões pelo processo de democratização da sociedade portuguesa ficamos a supor que se caminha em sentido oposto.

Arquivaremos o exemplar devolvido. É valioso documento.



Em 25 de Abril já o povo queria traçar o seu destino

A Democracia de velho estilo

Passados os dias de regosijo e emoção popular que o 25 de Abril galvanizara, regressou-se à democracia de velho estilo, criando-se partidos de todos os matizes, da esquerda à extrema esquerda, depois o centro com pêzinhos de lâ, seguindo-se as direitas mais reaccionárias. E tudo isto era ao estilo da velha democracia: os intervenientes para uma campanha eleitoral.

Enquanto o chamado processo da democratização se realizava com estas cúpulas, os trabalhadores, o país activo, eram apenas convocados para as várias manifestações de apoio ou sessões chamadas de esclarecimento. E as forças reaccionárias, silenciosas, aproveitavam o processo de democratização criando partidos como cobertura de gangs fascistas, dispostas a actuar de todos os modos.

A democracia de velho estilo é favorável a esse jogo. Os partidos formam-se por núcleos políticos ligados a interesses sempre dominantes e aglutinam à sua volta, como massa de choque, de voto e de apoio, os partidários que os seguem.

A conjuntura desenvolve-se a vários níveis e animada pela debilidade do saneamento, da liberdade concedida a magnates altamente responsáveis. As vias democráticas estavam-lhe abertas para cometer a traição e o assalto; só as frustrou muito principalmente aquele esteio da democracia que é o povo que acorreu às barricadas e não as desmanchou quando foi intimado a fazê-lo.

A debilidade da democracia de velho estilo é basear-se em partidos que são sempre dirigidos por directórios que se orientam por chefes carismáticos sempre obedecidos, com meios de propaganda e de formação de opinião pública hoje extremamente poderosos e que governam o País no jogo isolado dos gabinetes.

O golpe planeado era completo, mas só nos estava à vista ou possível de perceber a manifestação projectada, por demais evidente, mas todo o resto do processo que se desenrolou na madrugada de 28 de Setembro não fora comunicado ao País; só a grande intuição popular, a ameaça ostensiva dos organizadores da manifestação levou os sindicatos e o povo ao cerco e defesa da cidade.

Os partidos reaccionários, com os títulos mais sedutores, esses estavam ocultos e preparados para o jogo político que se seguiria, e só o perigo, que foi iminente, conduziu à decisão de devassá-los, mostrando pelo armamento que possuíam os seus verdadeiros propósitos.

Ainda desta vez, e como tantas vezes no decorrer da 1.ª República, foi o povo o verdadeiro esteio duma democracia directa salvando afinal aquela democracia que não se estrutura com base nas instituições naturais de expressão do povo, a partir da produção, e do consumo de todas as actividades criadoras e sociais.

Será essa democracia que temos de estruturar, e então a reacção não disporá de todos os poderes de que dispõe.



A orgânica sindicalista revolucionária

O Sindicalismo Revolucionário, partindo de baixo para cima, do simples para o composto, tem por fundamento o indivíduo. Deste parte toda uma organização começada no local de trabalho. Assim, temos os Conselhos de Fábrica ou de Empresa compostos por delegados eleitos pelo respectivo pessoal trabalhador que constitui os submúltiplos do Sindicato.

O que é hoje um órgão de luta reivindicativa, no período revolucionário transforma-se imediatamente num órgão que permite assegurar a produção em cada unidade de trabalho, durante todo o tempo transitório da Revolução.

O Sindicato de Indústria ou de Empresa, que actualmente deve procurar a conquista de melhores condições de trabalho e de vida para os trabalhadores, sem esquecer o fim de que todas as lutas são um meio de treino para as grandes batalhas emancipadoras, tem também o seu Conselho Técnico. Órgão de estudo e de orientação durante o regime capitalista, será depois quem procederá à orientação geral da produção na sua indústria ou na empresa, conforme os casos.

Dos Sindicatos partem dois organismos múltiplos: a União Local de Sindicatos e a Federação de Indústria. Cada um destes organismos é constituído por delegados eleitos pelas Assembleias gerais dos Sindicatos, todos com mandatos revogáveis pelas Assembleias sindicais respectivas. Estes delegados constituem o Conselho Federal.

A União Local de Sindicatos, que pode tomar o nome de Câmara Sindical de Trabalho, controla a actividade sindical

na sua localidade e toda a acção a desempenhar tem como finalidade o estudo das condições de vida locais. Para o efeito procura criar em cada freguesia uma comissão sindical de propaganda e acção, de modo a que, ao tornar-se necessário à União Local lançar movimentos que podem ser contra a alta do custo de vida ou de solidariedade com classes em luta, tenha pronta adesão de todos os trabalhadores locais.

A Federação de indústria, constituído o seu Conselho Federal, organiza o Conselho Técnico, órgão de estudo das condições de trabalho, lançamento de acções de reivindicações em todo o país, e no período revolucionário tomará conta da produção industrial, controlando as necessidades de produção.

Corolário de todos estes organismos, que vêm de baixo, do simples para o composto, há a Confederação Geral do Trabalho, constituída por delegados das Federações de Indústrias e das Uniãoes Locais ou Câmaras Sindicais do Trabalho, e, ainda, dos Sindicatos de Empresa, quando estes, por abrangerem todo o parte do país, não estão integrados nas Uniãoes Locais. A C.G.T., reunida em Conselho, no intervalo dos Congressos, aceita os delegados substitutos daqueles a quem o seu organismo revogou o mandato e dispõe de trabalhos de propaganda e de organização em todo o país, de modo a exercer uma acção permanente junto de todos os trabalhadores. Convoca o Congresso e redige o relatório das suas actividades para o submeter à sua apreciação.

O Congresso é composto por delegados directos dos Sindicatos,

sempre eleitos pelas Assembleias Gerais Sindicais. O Congresso Confederal examina, discute, altera, aprova ou rejeita todos os documentos, comunicações ou teses que lhe sejam apresentadas, a começar pelo Relatório do Conselho Confederal, que traduz toda a vida da organização a partir do último Congresso. Fazem ainda parte do Congresso delegados das Federações, Uniãoes Locais ou Câmaras Sindicais do Trabalho, mas estes apenas com voto consultivo. Essa gama de documentos, examinando toda a vida sócio-económica do país em geral e do mundo do trabalho em especial, regista os triunfos e os fracassos e propõe soluções para os problemas em causa para o futuro, até ao próximo Congresso, e é sobre eles que é elaborado o mandato confederal. Antes do encerramento do Congresso é eleito o novo corpo executivo desse mandato e não raro são eleitos alguns delegados, militantes que pela primeira vez vieram ao Congresso mas já bastante conhecidos pela sua capacidade e apego às lutas de reivindicação ou de libertação do jugo capitalista.

Nasceu assim o princípio de unidade imprescindível, só possível numa organização de base sindical, livre e autónoma, a necessária unidade não apenas para as conquistas do dia-a-dia dos trabalhadores, mas, também, para as grandes lutas revolucionárias a caminho da sua emancipação.

A caminho da Revolução Social depara-se, primeiramente, a insurreição, o acto que levantará todos os trabalhadores para o derrube das instituições que presentemente o exploram e oprimem, ficando aberto o processo da Revolução, criando os órgãos revolucionários adequados às grandes tarefas da Nova Sociedade Socialista, que será tanto mais libertária quanto mais os trabalhadores em armas souberem ligar o acto armado ao trabalho de organizar o novo sistema de produção e de distribuição. É este o período transitório no qual muitas experiências têm de ser rectificadas e será tanto mais rápido quanto mais os trabalhadores tiverem a consciência da sua missão individual e colectiva e souberem actuar revolucionariamente, sem aguardar ordens vindas de cima.

A juventude trabalhadora e estudantil — que trabalhadores são também — saberá forjar o cadinho para criar a Nova Sociedade. As suas energias, agora dispersas por uma multiplicidade de organismos pregando que o seu programa é o melhor de todos, que é bastante acreditar e seguir ordens do comando central, saberá encontrar o caminho da sua libertação, reforçando a luta daqueles a quem a experiência ensinou que só a confiança nas suas possibilidades criadoras, unidas dentro da plataforma Sindicalista Revolucionária, os pode levar à instauração do Socialismo em liberdade, que é o Socialismo Libertário.

AMOR E LIBERDADE IGUALDADE E FRATERNIDADE

Arquivamos nestas páginas o curioso depoimento de um jovem, muito jovem mesmo, que nos quis confiar os seus anseios e manifestá-los, porque também sente o drama dos nossos tempos.

Pois este depoimento tão singelo fala mais que quanta erudição e profetismo filosofante por aí nos aparece carregado de ameaças ditatoriais.

Eu não sou Anarco-Sindicalista, Acrata em geral, nem sequer Socialista. A minha juventude conta treze anos de vida e não posso, nem quero, portanto, definir ideologias políticas e sociais de que pouco ou nada sei. No entanto, pelo que leio, ouço e vejo, as minhas ideias presentes não andam muito longe das Libertárias, visto os meus ideais assentarem no Amor Fraternal, na Liberdade Absoluta do Homem, na Igualdade e na Fraternidade Humana.

O meu Amor não é pelo Mundo, concepção abstracta, palavra vã, nem tão-pouco por TODA a Humanidade ou pela Natureza em geral; o meu amor

é, isso sim, por CADA ELEMENTO desta mesma Natureza.

A liberdade absoluta do homem é cada acto deste, por mais pequeno que seja, em que demonstre o mais profundo respeito pelo seu semelhante, por cada membro da Natureza, sentindo-se verdadeiramente feliz por saber que é moralmente livre, pois não oprime, e, mais que isso, decrescendo até ao facto caseiro, que não vive na ideia fixa do ódio, mas sim da felicidade de amar.

A Igualdade só pode ser verdadeira quando CADA UM souber ser responsável por si, quando CADA UM disser que não julga que é mais que o outro, quando CADA UM amar cada homem, quando CADA UM souber viver sem ser parasita, sem oprimir o próximo.

A Fraternidade Humana é a verdadeira essência da vida para quem sabe que ama, acima de tudo, e portanto tem de ser amado como um ser da Natureza verdadeiramente livre.

António Pedro Mesquita

A BATALHA

HINO REVOLUCIONÁRIO

Música do maestro DEL-NEGRO
Letra de JOAO BLACK

I

*Surgindo vem ao longe a nova aurora,
Que os povos há de unir e libertar,
— Desperta, rude escravo, sem demora,
Não leves toda a vida a meditar.*

*Destrói as cruas leis da sujeição
E quebra as vis algemas patronais!
O mundo vai ter nova rotação,
Os homens não de ser todos iguais.*

CÔRO

*É justo aos parasitas dar batalha,
A terra só pertence a quem trabalha.*

II

*Labutas atrelado ao cruel jugo,
Em troca da miséria por desdouro,
Enquanto o teu patrão, o teu verdugo,
Aumenta à tua custa o seu tesouro.*

*É tempo já de erguer bem alto a voz,
Bradar ao causador do teu sofrer:
— A terra foi legada a todos nós;
Trabalha tu também, é teu dever.*

CÔRO

*É justo aos parasitas dar batalha,
A terra só pertence a quem trabalha.*

III

*Terrível convulsão sacode a terra
Sedenta de Justiça e Liberdade.
À guerra de opressão sucede a guerra,
Que tende a redimir a humanidade.*

*Saudemos, pois, o facho do porvir,
Das hostes comunais suprema luz.
O lema do futuro é produzir;
Dos lucros só partilha quem produz.*

CÔRO

*É justo aos parasitas dar batalha,
A terra só pertence a quem trabalha.*

Reestruturação sindical - III

O fascismo utilizou um esquema sindical exactamente para enquadrar os trabalhadores numa organização que podia dominar, para condicionar as reivindicações e as suas aspirações revolucionárias a um dogma político. E esse dogma era afinal a ditadura do partido ao serviço do capitalismo.

Gerou-se afinal outro dogma semelhante: o mesmo esquema sindical continua a enquadrar os trabalhadores, subordinando-os inteiramente ao mito duma ditadura feita. Feita em seu nome.

Filha dessa dogmática política, aparece quem entende que o sindicalismo tem apenas um carácter de reivindicação económica, que aí termina a sua função, sujeitando-o depois à esfera política em que o partido é absoluto. E neste corolário julga-se que a via do socialismo só pode ser uma acção política guiada pela onisciência do partido.

Pondo de parte que tal dogma não está provado, o que se prova é que sempre o partido carece do sindicato para obter poder político, enquanto o sindicato não carece — e até é prejudicado — da acção política de qualquer partido.

Não admira portanto que, conseguida a especiosa democracia política em que os partidos tomam fácil ascendente, estes procurem condicionar a acção sindical às conveniências da acção política, antes de 25 de Abril aproveitada como arma política, hoje condicionada.

Não admira portanto que a reestruturação sindical não seja para os partidos políticos motivo de preocupação de

primeiro plano; o que está serve muito bem e no melhor estilo para o simples enquadramento sindical a uma política fundamentalmente eleitoral e de conveniência na conservação de uma coligação. Nestas circunstâncias até a atitude reivindicativa é incómoda.

Podemos ver, por exemplo, que no caso dos TAP, em que intervinham vinte e tantos sindicatos, a coesão dos trabalhadores foi afectada, alguns mesmo chegando a hostilizá-los em obediência a uma política partidária alheia. Argumenta-se que os sindicatos não podem ser substituídos com facilidade. De acordo, e nós que temos experiência sindical, também o sabemos, mas seria essencial que se lançassem as bases dessa reestruturação, desenvolvendo-se os conselhos sindicais de fábrica ou de local de trabalho como base segura dessa transformação dos sindicatos múltiplos em sindicatos de base industrial.

Talvez porque esses conselhos de base no local de trabalho são esteios da verdadeira democracia sindical, são o verdadeiro potencial revolucionário e socialista, o elemento fundamental da expropriação e colectivização dos meios de produção, que podem suplantam as estruturas políticas onde se quer manietar o sindicalismo, talvez por isso, digamos, parece recear-se e preferir-se dizer que a Intersindical tem centenas de sindicatos e milhões de aderentes.

O que é verdade é que são essas quantidades que dão potencial ao sindicalismo, embora possam ser enquadráveis num qualquer outro tipo de caciquismo.

O 4.º Aniversário da Intersindical

Na passagem do 4.º aniversário da Intersindical realizou-se um comício no Campo Pequeno presidido pelo Ministro do Trabalho, capitão Costa Martins.

Perante 8 000 pessoas a representante do Sindicato dos Têxteis fez o seguinte discurso que foi por várias vezes vaiado por uma parte do público.

CAMARADAS:

— Estamos aqui para celebrar o IV aniversário da Intersindical, mas é necessário que todos tenhamos consciência de que a organização sindical dos trabalhadores portugueses está ainda longe de estar construída.

— Com efeito a nossa organização sindical é ainda em muitos aspectos a herança do fascismo. Ainda temos quatrocentos sindicatos por profissão!

— Esta organização sindical tem de ser contruída a partir da base, a partir dos locais de trabalho, a partir das assembleias e dos delegados sindicais de empresa.

CAMARADAS:

— Os Sindicatos têm de ser efectivamente controlados, em todos os aspectos, por todos nós trabalhadores.

— Os Sindicatos têm de ser combativos e de defender intransigentemente os nossos interesses de classe — não podem ser burocráticos, nem colaboracionistas.

Portanto, camaradas, é indispensável o conhecimento profundo e permanente de todos os problemas (grandes e pequenos) que afectam os trabalhadores.

O SINDICATO TEM DE TER UMA PERSPECTIVA REVOLUCIONÁRIA

Assim, o Sindicato deve auscultar e lutar pelas aspirações do conjunto dos trabalhadores. Um Sindicato tem de ter uma perspectiva revolucionária e por isso nas suas lutas concretas deve propôr-se, não só a conquistar algumas reivindicações, mas também deve utilizar os meios e as formas de luta mais adequados, para conseguir:

— aumentar a unidade de todos nós trabalhadores;

— elevar o nível de consciência de classe (que leve à compreensão de que a luta não é de uma fábrica ou sector, mas sim de toda a classe operária contra a classe capitalista exploradora);

— elevar o nível de organização de todos os trabalhadores e de compreensão de uma sociedade sem classes, como único meio de resolver efectivamente os nossos problemas e acabar com a exploração e opressão.

Um Sindicato tem de ser não só instrumento de luta, mas também uma escola de organização e de elevação do nível de consciência política dos trabalhadores.

CAMARADAS:

— A Intersindical, as uniões e as federações de sindicatos não podem ser organismos de cúpula, afastados dos trabalhadores e têm de ser executores das decisões alargadas dos trabalhadores nas bases e não devem aceitar leis que não tenham sido discutidas e aceites pelos trabalhadores.

A LEI DA GREVE FOI FEITA NAS COSTAS DOS TRABALHADORES

Por exemplo, face à lei da greve que foi feita nas costas dos trabalhadores e é contrária aos nossos interesses, a Intersindical tem de tomar duas posições:

1.º exigir a revogação da lei da greve

2.º exigir que as leis, que, como esta, interessam aos trabalhadores, sejam discutidas e decididas por todos nós trabalhadores em reuniões de fábricas e assembleias sindicais.

É incentivando a discussão nas bases sindicais, é incentivando a participação real dos trabalhadores em todas as decisões, que a Intersindical criará as condições para ser efectivamente representativa de todos nós trabalhadores.

É a partir da organização na base, com participação efectiva de todos os trabalhadores que se constrói a organização sindical unitária que sirva os nossos interesses.

Nas nossas mãos está a possibilidade de contruir uma organização sindical forte, combativa e controlada por todos os trabalhadores!

— Muitos de nós pensamos que após o 25 de Abril todos os nossos problemas estavam resolvidos, mas a pouco e pouco os acontecimentos foram-se encarregando de nos mostrar, que ou nos organizamos nas fábricas, nos locais de trabalho e nos campos e nos dotamos de sindicatos autênticos, ou continuaremos a ser vítimas da mais desenfreada exploração e da mais cruel opressão!

— Se o fascismo caiu (e ainda não caiu de todo) o capitalismo continua de pé.

— E qual é o objectivo único do capitalismo?

— Satisfazer as nossas necessidades?

NÃO!

— Permitir que tenhamos uma vida digna, feliz e sem miséria?

NÃO!

— O único objectivo do capitalismo é conseguir o máximo do lucro!

— E para o conseguir dispõe dum grande arsenal cujos efeitos nós temos vindo a sentir na carne:

— aumento desenfreado do custo de vida;

— aumento dos ritmos e cargas de trabalho;

— horas extraordinárias;

— despedimentos em massa!

E em todos estes campos a nossa situação não melhorou depois do 25 de Abril!

— Depois do 25 de Abril dezenas de milhares de trabalhadores foram despedidos e lançados no desemprego e na miséria.

— Quase nenhuns conseguiram novo emprego.

— Quem ganha com esses despedimentos?

— Quem ganha são os patrões que com menos trabalhadores vão conseguir a mesma produção e recuperar assim os aumentos salariais que, conseguimos na luta!

— Quem ganha são os patrões que assim tentam amedrontar-nos e dividir-nos e conseguem obrigar os trabalhadores despedidos a aceitar salários miseráveis!

— Quem ganha são os patrões que não hesitam em despedir dezenas ou centenas de trabalhadores só para eliminar os mais activos e pelo terror nos obrigar a aceitar pacificamente a continuação da exploração!

Mas haverá razões para despedimentos? NÃO!

Para além dos casos pouco significativos das empresas que só podiam existir à custa de salários de fome, mantidos por uma repressão violenta, e que um pequeno aumento de salários veio pôr em causa, os despedimentos, na sua maioria, têm sido feitos por médias e grandes empresas e pelas controladas pelo capital estrangeiro.

Os capitalistas estrangeiros que para cá vieram para nos explorarem desenfreadamente à custa dos salários miseráveis que nos podiam pagar, da repressão sobre as nossas lutas que o governo fascista assegurava e de todas as facilidades que lhes eram dadas, resolvem encerrar as suas fábricas ou proceder a despedimentos em massa porque só trabalhando mostramos ter capacidade e iniciativa para lutar na defesa dos nossos interesses, e porque se vêm obrigados a pagar salários um pouco menos miseráveis.

Os capitalistas portugueses pretendem com os despedimentos obrigar-nos a pagar com a miséria e com o esforço redobrado a reconversão das suas fábricas. Tal reconversão é-lhe imposta pela crise que eles próprios criaram, ao basearem toda uma máquina produtiva nos salários miseráveis, nas duríssimas condições de trabalho que sempre nos impuseram e na sobre-exploração dos nossos camaradas trabalhadores de Angola, Guiné, Cabo Verde e Moçambique.

O GOVERNO PROVISÓRIO NÃO PODE CONTINUAR PASSIVO

O Governo provisório tem de aplicar o programa do movimento das Forças Armadas na defesa dos nossos interesses!

O Governo Provisório não pode continuar passivo face ao agravamento da nossa situação!

O Governo Provisório não pode continuar a deixar os capitalistas servirem-se das leis fascistas do trabalho para nos lançarem no desemprego e na miséria. O Governo provisório não pode continuar a deixar o caminho livre aos capitalistas estrangeiros para fazerem o que muito bem lhes apetece.

O Governo provisório tem de obrigar os capitalistas a garantirem o trabalho a todos os trabalhadores portugueses. Para tal, tem de proibir os despedimentos colectivos enquanto não for revogada toda a legislação fascista, e os despedimentos sem justa causa. Para tal, terá de subsidiar as empresas apenas quando esta for a única solução para não se verificarem despedimentos, e não para auxiliar os capitalistas a aumentarem os seus lucros.

O Governo Provisório e o MFA têm de tomar medidas que façam com que os causadores da crise e do desemprego, os patrões, que tanto serviram e se serviram do regime fascista, sejam quem a pague.

Isto é o que o governo provisório tem de fazer, para respeitar os compromissos que assumiu face aos trabalhadores portugueses, cumprindo integralmente o programa do MFA, e não tentando limitar as nossas lutas através de decretos como o da greve e do lock-out, que nós trabalhadores repudiamos firmemente.

A lei da greve proíbe-nos, de facto, de paralisar as fábricas um dia ou dois, dizem que isso prejudicaria a economia nacional.

Mas, não há nenhuma lei que proíba os patrões de fechar as fábricas para sempre; então isso já não prejudica a economia nacional?

CAMARADAS:

— A lei da greve tem de ser revogada

— Os despedimentos e encerramentos têm de ser proibidos!

SOMOS NÓS

QUEM TUDO PRODUZ

Somos nós quem tudo produz, somos nós que fazemos as fábricas e os lucros do patronato, portanto não podemos admitir ser postos na rua quando o patrão quer manter ou aumentar os seus lucros.

As ameaças de despedimento temos de responder com a força imensa da nossa unidade activa, organizada e consciente.

Nós, trabalhadores, que financiamos a guerra colonial com os milhões de contos que com o nosso trabalho metemos na Previdência, não podemos permitir que os patrões financiem agora à custa do nosso maior esforço e da nossa miséria, a reconversão da indústria que lhes permitirá explorar-nos mais intensamente e mais facilmente.

LIVROS

O Sindicalismo em Portugal, de MANUEL JOAQUIM DE SOUSA

— A Editorial Afrontamento reeditou em 4.ª edição esta notável reconstituição histórica do movimento operário português desde 1850, a sua evolução durante a segunda metade do século XIX e, posteriormente, a fase sindicalista revolucionária que em 1919 se integrou na constituição da Confederação Geral do Trabalho e na publicação do nosso jornal como diário.

Encontra-se já à venda e podem ser feitos pedidos à nossa Administração.

A leitura desta obra, além de elucidar o que foram as lutas operárias e as suas organizações defensivas, dá a verdadeira significação do que é afinal o sindicalismo e, sobretudo, as suas capacidades e objectivos de construção de uma sociedade socialista sem tirania, sem dogmas e sem novos amos.

Publicações recebidas

Periódicos Sindicais e Revolucionários Na nossa sede podem ser adquiridas muitas publicações de muito interesse doutrinário e de experiência sindical e revolucionária de outros países.

«Espoir» — Semanário órgão da CNT francesa. — Toulouse.

«Boletim de Informação do AIT» — Limoges.

«Solidarité Ouvrière» — Órgão da Alliance Syndicaliste.

«Combat Syndicaliste».

«Frente Libertaria» — Órgão de libertários espanhóis emigrados. — Paris.

«Tierra Y Libertad» — publicação anarquista de emigrados espanhóis no México.

«Arbetaren» — Órgão sindicalista revolucionário da SAC. — Suécia.

«A Batalha» — Recebemos a colecção do boletim, nosso homónimo, editado pelo grupo libertário dos emigrantes portugueses de Stuttgart. As nossas felicitações.

«An-arkia & etc.» — Recebemos o n.º 25 desta revista anarquista.

«Manifesto» — Revista de informação e ensaio, 1.º e 2.º números.

A solidariedade entre os trabalhadores é a base da sua força e da sua defesa

CAMARADAS:

É chegada a altura de dizermos não aos despedimentos!

É chegada a altura de obrigarmos os patrões a pagar a crise por eles desencadeada!

É chegada a altura do Governo provisório e do MFA cumprirem aquilo a que se obrigam perante todos nós trabalhadores!

Mas, é sobretudo chegada a altura de todos nós trabalhadores nos unirmos na luta contra a exploração capitalista, na luta contra os despedimentos pela garantia do salário e do trabalho.

E, camaradas, uma certeza temos nós, a qual ficou demonstrada no último fim-de-semana, a certeza de que nas nossas mãos está a maior força desta sociedade!

Efectivamente quando nos organizamos e fomos para a rua lutar, a vitória não nos podia fugir e não nos fugiu — por isso a reacção não passou e não passará!

Os trabalhadores apoiaram o MFA e sem a nossa acção o MFA não teria saído vitorioso. O MFA tem de apoiar os trabalhadores!

A BATALHA

Este jornal é uma tribuna de todos os trabalhadores, manuais ou intelectuais. Não é órgão de partido, e aqui cabe o debate de todos os grandes problemas do Trabalho e da sua emancipação

«AUTOGESTÃO» HOSPITALAR

Após o 25 de Abril o pessoal de todas ou quase todas as instituições hospitalares iniciou um processo de saneamento das estruturas autoritárias de gestão existentes. Na realidade, direcções clínicas, provedorias e altos lugares administrativos eram nomeados sem consulta do pessoal hospitalar e recaíam geralmente em pessoas da confiança do regime. A democratização consistiu na substituição das personalidades em exercício por comissões eleitas representando os vários sectores profissionais (médico, enfermagem, serviços de apoio, paramédico e administrativo), regendo-se por um regulamento de gestão democraticamente elaborado e sob controlo permanente das assembleias de trabalhadores. Em alguns hospitais as comissões de gestão foram já total ou parcialmente homologadas pelo governo como comissões instaladoras.

A democratização atingiu também, em alguns hospitais, as direcções dos serviços que foram tornadas colegiais e representativas dos vários grupos profissionais.

A par deste saneamento de estruturas não houve praticamente saneamento de indivíduos.

As comissões de gestão têm funcionado com eficiência em nada inferior à dos órgãos directivos anteriores, a despeito de ocasionais conflitos entre diferentes estratos profissionais.

Um facto importante deve ser todavia mencionado. As comissões empossadas (e as que ainda o não foram) actuam a título provisório até ao aparecimento duma lei orgânica hospitalar. E actuam dentro de condicionamentos jurídicos e económicos que limitam a sua actividade ao assegurar da rotina ou pouco mais. Não se trata pois de uma verdadeira autogestão.

Um dos problemas não resolvidos diz respeito à indispensável comparticipação dos utentes na gestão hospitalar. Tal princípio está aliás consignado nos regulamentos de gestão já aprovados na maioria dos hospitais.

Encontram-se, portanto, neste momento em funcionamento em grande parte dos hospitais portugueses órgãos provisórios de gestão, aguardando-se a publicação de já anunciada Lei Orgânica Hospitalar, que esperamos seja orientada neste sentido descentralizador que parece corresponder aos desejos da grande massa dos trabalhadores hospitalares.

tarifa imediata da Revolução Social Emancipadora.

A Organização Social Sindicalista, tal como foi designada na Carta Confederal aprovada no Congresso da Covilhã é, pois, a estrutura sindical do presente que visa continuar no futuro enquanto não forem criadas novas instituições que se verifique corresponderem melhor aos anseios libertários, sempre em evolução, e às necessidades criadas pela Revolução. Em nosso pensamento nada existe definitivo. Tudo é transitório e quando evolucina em Liberdade plena é mais construtivo no sentido de corresponder melhor aos verdadeiros problemas que lhe são postos pela Nova Sociedade. Esta concepção revolucionária não permite que o Sindicalismo Revolucionário se apresente com um programa completo, avançado hoje e conservador amanhã.

A Organização Social Sindicalista Revolucionária é a que melhor se presta a uma verdadeira unidade de todos os trabalhadores para forjarem a sua própria Emancipação, tornando verdadeira a legenda da A. I. T. ao afirmar que a «A Emancipação dos Trabalhadores Há-de ser Obras dos Próprios Trabalhadores».

Tal é a Obra que não pode ser desempenhada pelos sindicatos corporativos vindos do fascismo.

TRABALHADORES EMANCIPAI-VOS

A Emancipação dos Trabalhadores Há-de ser Obra dos Próprios Trabalhadores, escreveu na sua bandeira de combate a Associação Internacional dos Trabalhadores — A. I. T.

Ora a emancipação, para ser verdadeira e corresponder aos anseios mais profundos do proletariado deverá ter um conteúdo concreto de realizações sócio-económicas válidas e tem de começar por nós próprios. Se cremos que alguém, alcançado em lugares de comando, a fará em nosso favor, reservando-nos apenas o papel de acompanhantes e de apoiar as suas ordens com palmas e vivas, estamos a seguir caminho falso e a atrasar a verdadeira Emancipação.

O trabalho é de todos e de todos os dias e tem de começar por desfazer muitos erros e de modo muito especial o das hierarquias. A noção hierárquica da sociedade actual, caracterizada por um capitalismo incapaz de compreender os anseios vindos do mais profundo do povo trabalhador, no seu desejo de continuar o seu predomínio de força, tem alargado o fosso entre os trabalhadores chamados manuais e os técnicos e cientistas. Estes, que até há poucos anos constituíam as classes liberais estão agora assalariados e não raro trabalham ao lado dos que ainda são designados como operários. Todavia, sucede que as suas condições salariais são de tal modo distanciadas que uns e outros se tratam como se fossem de uma casta diferente.

Esta situação de posições entre os assalariados torna quase sempre os primeiros instrumentos de domínio dos segundos em benefício pleno do capitalismo. Como resultado muitos desejam preparar por qualquer processo aos mais elevados escalões da hierarquia, para lá, bem instalados, trabalharem menos e viverem mais à larga.

Temos de demonstrar-lhes desde já que o mais pequeno instrumento que o cientista ou o técnico se servem é o produto do resultado da cooperação de milhões de trabalhadores, desde o mineiro ao camponês que amanhã a terra e dela tira os produtos sem os quais não poderíamos viver; desde os marinheiros e de todos os trabalhadores de transportes, ferroviários, rodoviários, carregadores e descarregadores, até ao trabalhador que na fábrica ou na oficina molda as peças e as monta. E todos esses trabalhadores exercem uma profissão tão útil como a do técnico ou do cientista. Uns não podem

sobreviver sem os outros. Ora a parte que cabe aos primeiros é muito superior à dos últimos. Esta desigualdade, que por vezes permite aos primeiros terem o supérfluo enquanto aos últimos falta o necessário, em última análise prejudica todos pois é essa desigualdade que torna possível a continuação do sistema que oprime uns e outros.

É dentro deste conceito das realidades sociais que deixamos de *crer e começamos a querer*. Mas a querer o quê?

Neste grau de conhecimento sabemos quanto é fraco o indivíduo isolado e como se sente incapaz de lutar, pensando — e é verdade — ser facilmente vencido. Mas se olha ao seu lado, observa que o seu companheiro de trabalho tem as mesmas necessidades e sente os mesmos anseios. Alia-se com ele ganhando mais confiança e juntos examinam os problemas de trabalho. Está formado o núcleo necessário a mais completos órgãos sociais. Examina toda a vida sócio-económica, o que vai pelo Mundo em geral, regista os triunfos e os fracassos e pensa nas soluções. Outros órgãos se tornam necessários, são organizados e a seguir tem de haver uma doutrina a estabelecer: o caminho de Emancipação. Várias têm sido essas doutrinas e de entre todas destacamos a do Socialismo Libertário. Já na Ibéria hispânica prestou provas de quanto é possível construir em liberdade e se ali foi vencido depois de uma Revolução Social que foi capaz de derrubar todas as instituições capitalistas e substituí-las por organizações Socialistas Libertárias. Só uma guerra cruenta movida pelo fascismo internacional, aliado ao grande capitalismo, com intervenção directa e em força da Alemanha e da Itália foi capaz de fazer ruir e vencer tudo quanto os trabalhadores espanhóis haviam construído com o seu sangue e trabalho. Foi nos campos de batalha de Espanha que se aperfeiçoaram os métodos de guerra e de genocídio que vieram a ser depois praticados na Segunda Guerra Mundial.

Os libertários, com a experiência da Guerra Civil de Espanha na qual alguns dos seus mais antigos militantes participaram, não pretendem a conquista do poder político para depois derrubarem o poder económico.

Os libertários pelo contrário, pensam que um e outro estão estreitamente ligados e o primeiro tem de ser derrubado conjuntamente com o segundo,

EDITORIAL

Segundo se diz, a recente crise política sanou-se no abortamento de uma conspiração reaccionária prestes a eclodir, na prisão de muitos elementos comprometidos e também pela demissão do general Spínola da Presidência da República.

É evidente que a conspiração abortou pela decisão popular de sair à rua e ocupar pontos estratégicos, na ausência de chefes e «condutores», que se teriam aplicado em especial às lutas de bastidores, onde se garantem lugares na coligação e no novo mandarinato.

Passado o perigo, ressoaram por todo o lado os gritos de triunfo, as manifestações de apoio, as palavras de ordem de disciplina, de fidelidade e de conformismo ao sagrado processo de democratização, que apenas se traduz em aguentar todo o aparelho desmantelado herdado do fascismo, e no interesse das mesmas oligarquias.

Estava então latente o conflito que opusera os trabalhadores dos TAP a uma militarização que lhes fora imposta quando defendiam os seus legítimos direitos, na Lisnave tomava forma o movimento reivindicativo, muitos outros conflitos operários aguardavam decisão, e no Alentejo deflagravam novos conflitos rurais.

Magicamente, a ressonância dos acontecimentos políticos e a exaltação do reformismo governamentalista obscurecem a gravidade e a importância da movimentação operária, já apodada de reaccionária, irrealista e oportunista. De novo o processo político em que os partidos estão exclusivamente interessados subordina a movimentação do profundo processo de transformação social implícito no desencadear dos acontecimentos de que o 25 de Abril será apenas o sinal de abertura de uma fase.

Por estranho que pareça, quando os agentes reaccionários tentam restabelecer na sua integridade todo o sistema de privilégios da plutocracia, a vitória popular é consagrada por um apelo ao esforço dos trabalhadores para salvar uma economia depauperada exactamente pelas forças que haviam mandatado a conspiração, e continua-se a exortar os trabalhadores a refazer essa economia de que eles são as principais vítimas.

Mas se o apelo de um dia de trabalho para a nação, feito pelo chefe do governo, era, como afirmou, voluntário, a máquina política da massificação pretendeu dar ao apelo o teor de palavra de ordem, em que as pessoas se alienam para não serem consideradas fascistas, acostumando-as à obediência maciça e automática logo que a consigna aparece, a não pensar e a obedecer a uma unidade imposta por processos de coacção moral da massa.

Não será este com certeza um processo de democratização, nem os trabalhadores, sempre à margem de um sistema económico que tudo lhes nega, deverão ser quem tenha de refazer uma economia de que estiveram sempre afastados, de que só partilham na dádiva de esforços, quando tudo se consente aos detentores dos meios de produção da riqueza e em prejuízo de toda a colectividade.

Por isso não se compreende que certos «deaders», que ontem faziam das reivindicações operárias arietes políticos para apelar um governo, hoje, dentro dele, as considerem reaccionárias, atentatórias da salvação nacional, como se desta estivessem excluídas as populações activas — a única força potencial da economia —, que, quando afrontadas, procuram ocupar os meios de produção, para os pôr a produzir autogestionariamente.

Nessa conjuntura, em que todo o apoio da classe operária lhes deveria ser dado, esses mesmos próceres não só se retraem como ainda desapiedadamente as caluniam, dando assim forte apoio às forças coercivas do sistema, quando estas as vão desalojar ou demandar em processo criminal.

Convenhamos, portanto, que a legitimidade das reivindicações operárias não passa certamente pelos cenáculos políticos, que podem ser hoje revolucionários e logo a seguir conformam-se com a ordem social vigente.

Trabalhador:

A nossa união há-de ser forjada pela nossa consciência e solidariedade na preparação duma força sindical livre, e somente determinada e orientada por nós!

Prescindimos de «chefes» e de cúpulas muito interessadas em objectivos que nos são alheios ou adversos.